**Projetos de Pesquisa concluídos:**

**Título: O acesso à moradia como direito fundamental: um estudo das condições habitacionais no Município de Paranaíba-MS**

COORDENADOR: Alexandre de Castro

PERÍODO: 2011 A 2013.

O projeto promoveu o estudo do direito à moradia, inserido na Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda Constitucional 26/2005, objetivando identificar a relação existente entre o referido direito e a consecução do princípio da dignidade humana. Promoveu-se o levantamento de dados junto ao Poder Público e a Secretaria Municipal de Habitação do Município de Paranaíba para averiguação do quadro geral de moradias que não atendem minimamente as condições de higiene e segurança para abrigar famílias. Uma vez coletados os dados, analisou-se possibilidades de incrementar políticas públicas voltadas à redução do déficit habitacional, bem como caminhos para a melhoria das condições das habitações existentes no município.

Nº de participantes: 01 aluna de graduação do Curso de Direito (orientanda).

**Titulo:** **Avaliação e monitoramento da incidência de Dengue em Paranaíba- MS/2012: Contextos e cenários no âmbito de ações estratégicas**.

Coordenador: Ailton de Souza

Período: 2012-2015

Pesquisa financiada pela FUNDECT/MS e Ministério da Saúde. Para esta pesquisa nos valemos da combinação de métodos qualitativos e quantitativos envolvendo ao todo uma equipe de 08 pessoas, sendo mais 02 professores e 06 alunos de graduação. Realizamos nesta pesquisa um mapeamento da cidade e o monitoramento dos casos de dengue de forma comparada com outros municípios. Além disso, também selecionamos uma amostra representativa da população local para um diagnóstico significativo do objeto. Em linhas gerais acompanhamos os indicadores de saúde e realizamos uma análise qualitativa dos impactos do dengue na comunidade, bem como uma pesquisa quantitativa a partir da aplicação de um survey e realização de análise qualitativa de atores específicos locais.

**Titulo:** **Democracia Participativa e desenvolvimento**

Coordenador: Ailton de Souza

Período: 2012-2014

Pesquisa que envolveu alunos e professores, buscando relacionar a democracia local ao desenvolvimento do município. Examinamos e acompanhamos aqui o funcionamento dos conselhos municipais e sua importância na transformação local, bem como diversas associações de moradores locais, tecendo um diagnóstico micro-regional. A metodologia adotada nesta pesquisa se relacionou a etnografia das reuniões ou pesquisa participante com entrevistas qualitativas de atores e lideranças especificas.

**Título: A violência dos grupos skinheads e a questão da segurança pública: como o Estado trata os grupos identitários através da sua instituição polícia**

Coordenador: Carlos Eduardo França – Coordenador

Período: 2011 – 2013

Descrição: Este trabalho analisou as violências praticadas por grupos de Skinheads e os esforços da Instituição Policial em preservar a Segurança Pública. As políticas penais lançam respostas diante das demandas sociais por punição cada vez mais severas, por meio de penas consideradas por parte da população como justas, visando atenuar os sentimentos de medo da sociedade quanto à criminalidade. Este procedimento leva a redefinições dos grupos Skinheads e das suas ações de preservação das formações identitárias, o que garante a continuidade de suas práticas violentas no espaço público. O objetivo foi analisar como o Estado, por intermédio da instituição policial, articula políticas de prevenção para conter e reprimir as sociabilidades juvenis de Skinheads no espaço público. O trabalho sustenta a hipótese de que os procedimentos de policiamento preventivo colocados em prática pela instituição policial não são suficientes para evitar as violências praticadas pelos grupos de Skinheads; restando, portanto, o papel investigativo, repressivo e punitivo da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi), inserida na lógica retributiva das políticas criminais. Metodologicamente, recorremos a revisão bibliográfica, análise de documentos e de dados estatísticos da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo no recorte temporal de 2001 a 2011. As fontes foram analisadas por meio dos referenciais teóricos utilizados aqui como ?caixa de ferramentas?, a fim de que contribuíssem no desenvolvimento das hipóteses deste trabalho. Concluímos que apenas a punição e a prisão como retribuição ?justa? à sociedade não têm surtido o efeito desejado na redução dos crimes de ódio e de intolerância praticados pelos grupos de Skinheads. Os dados mostram que esses grupos de intolerância estão crescendo em número de pessoas e em diversidade de gangues. Tornando-se necessária a elaboração de políticas públicas ? pensadas coletivamente com os setores organizados da sociedade civil ? nas quais a juventude se reconheça enquanto protagonista na formulação e no desenvolvimento das ações; visando políticas participativas continuadas que promovam nos jovens o desenvolvimento da cidadania e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito no Brasil e a redução da violência urbana entre os jovens.

**Título: A escravidão em documentos: análise dos registros públicos da escravidão no Município de Paranaíba/MS.**

Coordenador: Alexandre de Castro

Período: 2012-2014.

Trata-se de um projeto interdisciplinar, com vistas a analisar os documentos de responsabilidade do 1º Cartório de Registros Civis, sob a ótica, não só legal, bem como das relações sociais, num recorte histórico compreendido entre os anos de 1838 a 1899 no Município de Paranaíba/MS. Do trabalho realizado até o momento foram contabilizados um total de quatorze livros numerados, contendo informações a respeito de Notas, Registros, Procurações e Escrituras do período compreendido entre os anos de 1838 a 1899, totalizando 1168 páginas de documentos e sessenta e um anos de história do município. Dos primeiros livros analisados, ou seja, dos anos de 1838 a 1880, constam registradas oito hipotecas, dez contratos, cento e cinquenta e sete compra e venda de imóveis, cento e sete compra e venda de escravos, vinte e três cartas de liberdade, nove doações de bens, duas doações de escravos, um registro de divisão de escravos, duas trocas de escravos, uma hipoteca de escravos, uma compra de liberdade, duas revogações de liberdade concedida à escravo, dez contratos, cinco testamentos. Diante da incipiente análise das fontes documentais até aqui levantadas pelos pesquisadores já é possível perceber uma contribuição de fatos ainda ausentes na historiografia do Bolsão sulmatogrossense.

Nº de participantes: 02 docentes do Curso de Direito da UEMS.

**Título: *Chapas*: uma análise socieconômica do trabalho precarizado no Município de Paranaíba/MS.**

Coordenador: Alexandre de Castro

Período: 2014-2015.

Este projeto de pesquisa tem como objetivo central analisar e interpretar aspectos do mundo do trabalho ainda pouco discutidos e conhecidos relacionados a uma atividade manual comumente denominada de *chapa*. Chama atenção a presença deste trabalhador às margens das principais rodovias de nosso país oferecendo seus serviços, no entanto, o desempenho de suas funções, seu papel nesse comércio e quem são, de fato, esses “trabalhadores” ainda são informações incompletas ou desconhecidas que impedem e condenam fenômeno do mundo do trabalho ao ostracismo. No município de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, a presença dos chapas se dá em três pontos distintos no interior da cidade. De posse de um levantamento bibliográfico a respeito da temática e, por intermédio de trabalho de campo, procuraremos analisar empiricamente a realidade deste “profissional”, combinando a técnica de entrevistas semi-estruturadas, na interrogação direta das pessoas com a possibilidade total de expressão por parte do entrevistado em colocar suas opiniões e sentimentos no sentido de apreendermos a realidade deste fenômeno qual procuramos conhecer. Resultados obtidos a partir de dados coletados apontam uma atividade “profissional” exclusivamente masculina, exercida por pessoas que anteriormente se dedicaram às outras atividades profissionais, indicando uma espécie de ocupação laboral, resultado da precarização do trabalho.

Nº de participantes: 01 aluna de graduação em Ciências Sociais como orientanda.

**Título: Da contravenção ao crime de racismo: uma história de impunidade**

Coordenador: Alexandre de Castro

Período: 2015-2016

Este projeto tem como objetivo central analisar e interpretar aspectos da hermenêutica do crime de racismo diante de fatos recentes de manifestação de atos racistas em estádios de futebol, não só no Brasil, bem como na Europa, recolocando o problema do preconceito racial na ordem do dia. Especificamente no caso brasileiro resgataremos a história das promulgações legais destinadas a punir esta conduta racista para, numa perspectiva histórica, analisarmos a dificuldade em combater esta conduta criminosa no Brasil. Desde a primeira lei com vistas a criminalizar o racismo, promulgada em 1951, conhecida como Lei Afonso Arinos, seguida das disposições e nova redação, em 1985, pela Lei 7.437/85, somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que o racismo deixa de figurar como mera contravenção penal e passa a ser considerado crime propriamente dito. Em 1989, a definição do racismo como crime é apresentada pela Lei nº 7.716/89, mais conhecida como Lei Caó. Mas, com a intenção de ampliar o rol de crimes resultantes de discriminação, a Lei 9.459/97 acabou por acrescentar um novo parágrafo ao Artigo 140, § 3º do Código Penal brasileiro introduzindo a figura da injúria. A partir de então, a grande maioria de crimes de racismo vem sendo relatados nos inquéritos policiais como injúria grave, em virtude da difícil reunião de provas. Discordando do argumento da falta de provas e de posse do referencial teórico de Pierre Bourdieu, “poder simbólico”, analisaremos, problematizaremos e apontaremos outra forma de concepção da tipificação no sentido de inverter a histórica descaracterização do crime de racismo como injúria grave na tentativa de combater uma resistência histórica das Instituições jurídicas e judiciárias brasileira em reconhecer o preconceito racial como um verdadeiro crime contra a etnia negra.

Nº de participantes: 01 docente do Curso de Ciências Sociais.

**Título: Dos consultórios sentimentais à rede: apoio emocional pelas mídias digitais**

Coordenadora: Juliana do Prado.

Período: 2011 - 2015

A proposta dessa pesquisa é analisar os usos das mídias digitais como apoio emocional, conceituado como relação social na qual os sujeitos buscam por auxílio para lidar com demandas emocionais. Estas são referentes inicialmente às relações afetivo-sexuais que desembocam em processos de subjetivação que lidam com as esferas do gênero, classe social, sexualidade, raça/etnia, geração, ocupação profissional, entre outros eixos possíveis de análise. O objetivo é discutir quais configurações as mídias digitais têm assumido no que tange à busca por apoio emocional, articulados a moralidades de seus usos e de processos de subjetivação. Para tanto, o campo empírico foi construído a partir de três frentes de pesquisa: na primeira analiso discursos de sites que apresentam aconselhamento afetivo através da modalidade que denomino como consultório sentimental digital; na segunda analiso o uso profissional das novas tecnologias por psicólogos que oferecem atendimento terapêutico pela internet, definindo a orientação psicológica e na terceira em que analiso os usos de comunidades online, denominadas de redes. Exploro sentidos e moralidades em torno dos usos das mídias digitais a partir de discursos e práticas tanto dos sujeitos que recorrem a essas mídias com estes objetivos, quanto dos profissionais que tem aderido ao recurso das mídias digitais para promoverem orientação psicológica. Ao longo do trabalho são apresentadas discussões das três frentes que constituem esta pesquisa, com o objetivo de levantar alguns aspectos que permitem confrontar as diferentes modalidades de busca por apoio emocional pelas mídias digitais em seus discursos, usos e interesses por manter-se na disputa pela especialidade nessa área. A hipótese é de que tem se configurado um mercado de apoio emocional segmentado através das mídias digitais. Todavia, de maneira distinta às outras mídias, a segmentação ocorre concomitantemente aos usos que os sujeitos delas fazem, permitindo agências e fluxos entre as plataformas e que podem desembocar em outras modalidades de apoio. A proposta é, nesse aspecto, abordar os elementos que constituem o apoio emocional em cada frente de pesquisa com o intuito de verificar pela abordagem de cada frente continuidades e rupturas entre o que conceituam como apoio, sobretudo apontando para moralidades e formas de subjetivação específicas.

**Título: Gênero, sexualidade e diferenças: processos de subjetivação na sociedade brasileira contemporânea**

Coordenadora: Juliana do Prado

Período: 2016 - 2017

Este projeto de pesquisa visa investigar processos de subjetivação na sociedade brasileira contemporânea, tendo como cerne de discussão as dimensões de gênero, sexualidade e suas intersecções com as categorias de análise que perpassam as diferenças, como raça/etnia, classe social, entre outras. O objetivo é analisar como os sujeitos adquirem agência ou são envolvidos em remanejamentos de relações de poder e subalternidade, por meio de investigações etnográficas que se darão sobre dois universos de pesquisa: movimentos sociais na sociedade brasileira contemporânea, experiências de sujeitos marcados por sexualidade e expressões de gênero dissidentes e sua articulação com os usos das mídias digitais. O foco de análise nos processos de subjetivação - compreendidos como as formas pelas quais os sujeitos se constituem em seus discursos e práticas - permite acessar, através de investigações sobre suas experiências, questões que perpassam os contextos sociais aos quais pertencem, ou seja, sobre o modo como os sujeitos se elaboram por duas vias: movimentos sociais e uso das mídias digitais. Esta pesquisa visa investigar processos de subjetivação na sociedade brasileira contemporânea, a partir das dimensões de gênero, sexualidade e suas intersecções com as diferenças de raça/etnia, classe social. O objetivo é analisar como os sujeitos adquirem agência ou são envolvidos em relações de poder e subalternidade, por meio de investigações etnográficas que se darão sobre dois universos de pesquisa: movimentos sociais e experiências de sujeitos marcados por sexualidade e expressões de gênero dissidentes e sua articulação com os usos das mídias digitais. O foco de análise nos processos de subjetivação - compreendidos como as formas pelas quais os sujeitos se constituem em seus discursos e práticas - permite acessar, através de suas experiências, questões que perpassam os contextos sociais aos quais pertencem, e sobre o modo como se elaboram por duas vias: movimentos sociais e uso das mídias digitais. No intuito de refletir sociologicamente sobre as configurações dos dois universos de pesquisa, as problemáticas serão: Como os movimentos sociais têm articulado as questões das diferenças em suas demandas políticas e agrupado sujeitos invisibilizados socialmente? Como as sexualidades e expressões de gênero dissidentes se agenciam e elaboram sua subjetividade e experiência? De que forma os usos das mídias digitais têm impactado nos processos de subjetivação da sociedade brasileira contemporânea, levando em consideração arranjos de sociabilidade em interface com as diferenças? A pesquisa será orientada pelos principais referenciais contemporâneos sobre as diferenças, tais como os estudos de gênero, sexualidade, raça/etnia e classe social, e estudos sobre os usos recentes das mídias digitais.